

PODER

Aliados de Bolsonaro e integrantes do Centrão se preparam para usar supostos envolvimentos dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli para tentar colocar o Supremo na defensiva e fazer evoluir matérias que afetem funcionamento da Corte

Master pode subir tensão entre o STF e o Congresso

» VICTOR CORREIA

Aligação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ao caso envolvendo o Banco Master, liquidado pelo Banco Central (BC) depois de acusação de promover uma fraude bilionária, gerou um processo de desgaste da imagem da Corte — acelerado por críticas de parlamentares, especialmente do Senado. Os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli estão no centro de supostas interferências no processo. No Legislativo, aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro e integrantes do Centrão aproveitam para fortalecer as críticas já conhecidas ao Supremo, mas uma ala moderada também defende a necessidade de se investigar, no Parlamento, a relação dos magistrados com o Master.

Para a professora de ciência política da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Luciana Santana, o desgaste causado pelo caso Master acirra uma tensão já existente entre o Supremo e o Congresso. Ela destaca, porém, que o caso requer atenção e transparência, e que o Senado tem a obrigação constitucional de investigar atos e omissões dos poderes Executivo e Judiciário.

“É um ano relativamente curto para atuação parlamentar. (Os senadores) teriam que estar dispostos a embarcar em um processo desgastante, e que pode ter prós e contras. Claro, vai ter uma utilização, uma exposição maior por parte da base bolsonarista, tentando reafirmar narrativas levantadas há muito tempo, focadas no Alexandre de Moraes. Ao mesmo tempo, pode ser um tiro no pé, porque a população também está cansada. Essas narrativas já estão dadas. Teria que haver algo muito novo nessa investigação para, por exemplo, beneficiar um candidato bolsonarista”, avalia Luciana.

Ponto de tensão

Por sua vez, Leonardo Paz, cientista político e analista de Inteligência Qualitativa no Núcleo de Prospecção e Inteligência

Divulgação



Liquidation extrajudicial do Master tornou-se um tema que o bolsonarismo utilizará na campanha permanente de desgaste do Supremo

Internacional (NPII) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que as possíveis relações envolvendo Moraes, sua esposa e Toffoli com o caso Master podem virar uma “grande mancha” caso confirmadas. Especialmente para Moraes, que se caciou como defensor da democracia ao atuar nos julgamentos dos golpistas que tentaram romper o Estado Democrático de Direito depois das eleições de 2022 — entre eles o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses de prisão pelo STF.

“Na minha leitura, esse pessoal está querendo uma CPI ou uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), e a gente já descobriu que podem ser plataformas políticas muito grandes. Podem

Sobre a atuação do Congresso, Leonardo aponta que a possibilidade de uma pressão de Moraes sobre Galípolo em favor do Master, ainda que não tenha sido confirmada, é um discurso sob medida para os bolsonaristas tentarem avançar com um pedido de impeachment do ministro — que virou, inclusive, plataforma eleitoral para os candidatos ao Senado da extrema-direita. Ele considera, ainda, que a situação pode também beneficiar eleitoralmente parlamentares de direita mais moderados.

“Na minha leitura, esse pessoal está querendo uma CPI ou uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), e a gente já descobriu que podem ser plataformas políticas muito grandes. Podem

alavancar a imagem de alguns atores, e enterrar a de outros. Mas é um perigo sempre. A gente não sabe para que lado vai”, adverte.

No caso de Moraes, a mulher do ministro, a advogada Viviane Barci de Moraes, teria um contrato firmado no valor de até R\$ 129 milhões, pagos em três anos a partir de 2024, para atuar na defesa do Master. Em nota, o magistrado afirmou, ainda, que falou com o presidente do BC, Gabriel Galípolo, apenas sobre a aplicação da Lei Magnitsky contra o casal, e negou terem os dois discutido o caso do Master. Ele esclareceu, ainda, que o contrato com o escritório de sua mulher “jamais atuou na operação de aquisição BRB-Master perante o Banco Central”. Por consequência, a Procuradoria-Geral da República (PGR)

arquivou, na segunda-feira passada, um pedido de investigação contra o magistrado por não ver indícios de irregularidades no contrato de Viviane. “No que tange ao contrato mencionado entre a doutora Viviane Barci de Moraes e o Banco Master, não se vislumbra, a priori, qualquer ilicitude que justifique a intervenção desta instância”, escreveu o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

O BRB tentou comprar o Master, no ano passado, mas a transação foi negada em setembro pelo BC em meio às suspeitas de irregularidades por parte do banco de Daniel Vorcaro. Dois meses depois, ele foi preso pela Polícia Federal (PF), que revelou apuração de mais de R\$ 12 bilhões em títulos fraudulentos vendidos pelo Master. Após as revelações, senadores e deputados da oposição anunciam que vão apresentar novos pedidos de impeachment contra Moraes, que já acumula mais de 40. Em outra frente, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), anunciou que vai reunir, após o recesso parlamentar, assinaturas para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a relação dos Moraes com o Master. Em publicação nas redes sociais, o parlamentar disse que o contrato de R\$ 129 milhões está “fara dos padres da advocacia”.

Já Dias Toffoli virou alvo de críticas depois que foi divulgado que ele viajou em um jatinho particular para Lima, no Peru, para assistir à final da Libertadores entre Flamengo e Palmeiras. Na aeronave, também estava o advogado Augusto Arruda Botelho, que representa o ex-diretor de Compliance do Master Luiz Antonio Bull, preso na mesma operação em que Vorcaro e outros executivos da instituição financeira foram detidos.

Toffoli ainda determinou uma acareação, ocorrida na terça-feira passada, entre Vorcaro e o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa depois de prestarem depoimento à delegada Janaína Palazzo, que conduz o inquérito — também foi ouvido o diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino.

“É um ponto de tensão forte dentro do Supremo, que cada vez mais tem sido puxado para dentro da política, e se coloca como uma instituição que gera tensões, que não mais fica isenta das disputas políticas”

Leonardo Paz, cientista político e analista de Inteligência Qualitativa no Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da FGV

“(Os senadores) teriam que estar dispostos a embarcar em um processo desgastante, e que pode ter prós e contras. Claro, vai ter uma utilização, uma exposição maior por parte da base bolsonarista, tentando reafirmar narrativas levantadas há muito tempo”

Luciana Santana, professora de ciência política da Universidade Federal de Alagoas

De bancões a banquinhos, um sistema marcado pela desconfiança

» FABIO GRECHI

Depois de 16 anos, o caso do Banco Master — liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central — traz de volta algo que, durante muito tempo, foi uma das marcas do sistema bancário nacional: a desconfiança. A extinção de algumas instituições fez com que a sociedade como um todo entrasse como “sócia” de operações que geraram bilionários prejuízos.

Apesar dos rombos, esses casos serviram para mudar as regras no mercado bancário brasileiro. A partir do caso Banestado, foi criado o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), que endureceu as fiscalizações das instituições. Além disso, o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) tornou-se muito mais vigilante depois de salvar o banco PanAmerican para evitar um pânico sistema financeiro. Além disso, os dispositivos de tecnologia de auditoria do BC, hoje, cruzam os dados de um banco em tempo real para evitar que “venda e mantenha” o mesmo crédito — como fez o PanAmerican.

Os principais e mais rumorosos casos

Banco Nacional (1995)

- Erguido pelo ex-governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, durante anos o banco — que chegou a patrocinar o campeão brasileiro de Fórmula 1 Ayrton Senna — manteve cerca de 600 contas fictícias para esconder um rombo bilionário. A instituição inflava seus ativos com créditos inexistentes para parecer solvente. O desfecho é que foi liquidado e parte de seus bens absorvida pelo Unibanco. O caso acelerou a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

Banco Econômico (1995)

- O banco mais antigo do Brasil pertencia a Ângela Calmon da Sá, que tinha conexões políticas poderosas, como a amizade com senador, ex-ministro e ex-governador Antônio Carlos Magalhães, um dos principais políticos baianos à época. O Econômico sofreu intervenção do BC depois de anos de má gestão e problemas de liquidez. Isso causou uma crise política que respingou no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Seus ativos foram comprados pelo Banco Excel (que tornou-se Excel-Econômico) e, posteriormente, absorvidos por grupos maiores, como o BBVA e o Bradesco.

Bancos Marka e Fonte-Cindam (1999)

- O caso aconteceu durante a crise cambial de 1999, quando o país abandonou as “bandas cambiais” e deixou o dólar flutuar livremente. O Fonte-Cindam e o Marka (do banqueiro Salvatore Cacciola — foto) haviam apostado todo o patrimônio que o dólar não subiria. Quando o BC mudou a política e a moeda norte-americana disparou de R\$ 1,21 para R\$ 1,32, em poucos dias, as duas instituições ficaram insolventes, pois deviam bilhões à então Bolsa Mercantil e de Futuros (BM&F). Para evitar que a quebra dos dois bancos

gerasse um efeito dominó no mercado (o chamado “risco sistemático”), o então presidente do BC, Francisco Lopes, autorizou a venda de dólares ao Marka e ao Fonte-Cindam por um preço abaixo do mercado. Estima-se que a operação custou cerca de R\$ 1,5 bilhão (em valores da época) de prejuízo aos cofres públicos. O caso gerou uma CPI. Lopes e Cacciola (que aproveitou a cidadania italiana e fugiu para o país europeu antes de ser preso) foram condenados.

Escândalo das Contas CC5/Banestado (1990-2002)

- Considerado um dos maiores esquemas de evasão de divisas da história bancária brasileira, utilizava as contas do tipo CC5 (criadas pelo BC para que estrangeiros pudessem enviar dinheiro para fora do país) a fim de lavar dinheiro e remeter recursos ilegalmente ao exterior. Bilhões de dólares foram enviados para paraísos fiscais por meio da agência do Banestado em Foz do Iguaçu (PR). Estima-se que cerca de US\$ 30 bilhões tenham saído do Brasil ilegalmente. O episódio levou à CPI do Banestado (2004), que focou em autoridades que teriam permitido a “brecha” normativa para o esquema. Mas duas figuras foram centrais no escândalo:

os doleiros Alberto Youssef (que operava o “duto” de dólares em Foz do Iguaçu) e Dario Messer (considerado o “doleiro dos doleiros”).

Banco Santos (2004)

- Pertencia ao empresário Edemar Cid Ferreira, que ficou conhecido pelo mecenato e pela coleção de obras de arte que construiu. A instituição levava clientes a tomarem empréstimos para que, com esse dinheiro, comprassem debêntures de empresas do próprio grupo do banco (algo que é conhecido como “operação casada”). A coleção de arte de Edemar, avaliada em milhões de dólares, foi confiscada pela Justiça para pagar credores.

Banco PanAmericano (2010)

- Pertencente ao Grupo Silvio Santos, a instituição registrava em seu balanço carteiras de crédito que já haviam sido vendidas para outras instituições — e isso fazia o patrimônio parecer muito maior do que era. O rombo foi de aproximadamente R\$ 4 bilhões. O então apresentador e empresário teve que empenhar todo o seu patrimônio (incluindo o SBT) como garantia de um empréstimo do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O banco acabou vendido ao BTG Pactual.